

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 29 DE ABRIL DE 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nos Paços do Concelho pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 21 de abril de 2022, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Designação de três cidadãos eleitores para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Peso da Régua.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação do relatório de gestão – exercício de 2021.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca e Jorge Filipe Gomes Alves, tendo sido substituídos pelos Deputados João Manuel Nogueira Rocha e Ricardo Filipe Eusébio Martins, respetivamente.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra a deputada do PS, Carla Borges, que enfatizou a importância de modernizar a forma de chegar aos munícipes, transmitindo as Assembleias Municipais em direto nas páginas digitais oficiais do Município. Seguidamente questionou o Sr. Presidente, acerca do estado do processo do contrato da empreitada do Hospital D. Luiz I, sobre a lista de compromissos plurianuais e igualmente no que se refere à avença de prestação de serviços jurídicos, por parte de um escritório de advogados ao Município. Elencou ainda questionamentos face ao contrato de comodato celebrado pela Câmara Municipal e a entidade do Turismo Porto e Norte de Portugal, referente às Caldas do Moledo, se este já fora celebrado e em que termos, pedindo a cópia do mesmo.

No respeitante à Freguesia de Vilarinho dos Freires, interpôs o Sr. Presidente perante o parque infantil, sobre a quem pertence a propriedade deste e se é de utilização pública e quem é responsável pela limpeza do parque. No atinente à freguesia de Covelinhas mencionou a futura casa mortuária e solicitou mais pormenores, nomeadamente a localização e início previsto da obra.

De seguida teve a palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda, abordando a assembleia municipal, acerca da Reforma do Sistema Eleitoral, defendendo como sendo uma preocupação, nomeadamente a falta de proporcionalidade entre os eleitos e a representação do território, sugerindo convidar o Dr. José Ribeiro e Castro, defensor da causa e os deputados do distrito de Vila Real para uma discussão desta matéria.

De seguida questiona o Sr. Presidente da Câmara Municipal para as conclusões das reuniões de trabalho com a GNR Distrital e de Peso da Régua e a diretora do IHRU (delegação Norte) e ainda acerca da sua opinião acerca do paradigma da Descentralização VS Centralismo. Para concluir questionou acerca da Douro Alliance e sobre a vontade dos três Municípios em continuar o projeto.

Usou da palavra o Presidente da União de freguesias de Poiares e Canelas, Paulo Primo a fim de fazer um ponto de situação da questão da desagregação da união de freguesias de Poiares e Canelas e solicitou o apoio no processo que a Assembleia de Freguesia está a elaborar.

Na sequência da intervenção anterior a deputada do PS, Carla Borges, manifestou apoio ao processo elencado pelo deputado Paulo Primo da parte do grupo municipal do PS.

No período de intervenção aberto aos Munícipes presentes não se registaram intervenções.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal à qual a mesa recebeu um pedido de alteração. Posta à votação foi a mesma aprovada, com 23 votos a favor e 3 abstenções, justificadas por não terem estado presentes.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos e respondeu às questões dos deputados:

- Em resposta ao deputado Eduardo Miranda, deu feedback da reunião com o comando Distrital e local da GNR, elencando as preocupações acerca dos últimos episódios de violência com elementos da GNR e questionou ainda acerca da ação da GNR e da procuradora. Na reunião com o IHRU (Delegação Norte), essencialmente foi abordado o caso do Bairro Verde;

- Reunião com a Movijovem: Protocolo assinado e em funcionamento no terreno em prol da população jovem do concelho;
- Protocolo com a Banda Salesiana, através da criação de 3 polos – Poiares – cidade e lado poente do concelho, pois é preciso criar dinâmica no concelho dada a sua cada vez mais vertente turística, bem como potenciar a empregabilidade no concelho;
- Acompanhamento e apoio às atividades inerentes às participações do Clube de Natação Municipal nos campeonatos;
- A peça de teatro destinada aos utentes das IPSS's, por forma a serem-lhes proporcionadas tardes culturais;
- Reabilitação da Escola das Forcas;
- No âmbito da Estratégia Local de Habitação, referiu as candidaturas submetidas quer do município, como é exemplo a casa devoluta no Peso, quer dos privados, prevendo-se destes últimos poderem chegar às 60. No seguimento elencou um Fundo de Emergência Social que se está a tentar implementar para apoio a famílias carenciadas;
- No referente às queixas acerca da iluminação pública e sua correção e reparação, referiu que a E-redes não é funcional, os processos passam de subempreiteiro em subempreiteiro e as obras e reparações são muito demoradas e ineficientes.
- Entrega da Candidatura do Bairro Digital, sendo que este projeto é financiado, mas a Câmara Municipal tem de pagar o IVA.
- A criação de uma praça em frente à Casa do Douro para criar mais dinâmica, há a ambição de criar uma ramada na Rua dos Camilos.
- As Caldas do Moledo, a obra está em andamento e a serem cumpridos os prazos.
- Polidesportivo de Vilarinho dos Freires, rescindiu-se com o empreiteiro e assumiu-se a obra;
- Casa do Cantoneiro está a ser terminada a obra.
- Em resposta à deputada Carla Borges, esclarece que houve um pedido de reequilíbrio financeiro que carece de avaliações profundas. Foi constituído um SPAL (Comissão de litígios). O Agravamento de valores foi na ordem dos 30% e entende que há possibilidade de chegar a entendimento entre a autarquia e o empreiteiro no que toca a valores. A preocupação primeira foi a obra avançar e garantir que esteja pronta em maio de 2023, tendo já se conseguido 85% de financiamento para a obra.
- Milnorte, o processo está em andamento e na fase de elaboração de regulamento e constituição de uma comissão de avaliação.

- Presença na BTL promovendo o território, salientando diversos aspetos desta divulgação.
- O Campeonato Mundial de Enduro, trará constrangimentos naturais, dada a necessidade de encerramento dos dois parques de estacionamento por uma semana, sendo compensados os feirantes pela isenção do pagamento de um mês, apesar de só não se realizar uma feira semanal.
- Presença no Congresso dos poderes locais em Estrasburgo que alimentou ainda mais a preocupação com o facto de estar a terminar o financiamento da Coesão Social que até aqui acontecia.
- No âmbito do apoio à Ucrânia após a invasão russa, a CIM Douro procedeu ao envio de cinco camiões com bens a fim de ajudar e minorar as necessidades do país e das suas populações.
- Elaboração de uma candidatura do Douro como um todo (CIM Douro) a Cidade Europeia do Vinho.
- No que concerne à Linha do Douro, esclareceu que não se surpreende por o investimento ter sido transferido para o novo quadro comunitário, pois a obra não iria iniciar antes do atual quadro fechar, fazendo uma apresentação explicativa do ponto de situação da linha Régua – Pocinho – Barca D’Alva e salientou uma vez mais o empenhamento do ministro Pedro Nuno Santos no processo.
- A Semicircular está a ser feito o projeto do Peso até à zona do Rodo.
- Responde à deputada Carla Borges informando que a partir do momento em que a Assembleia Municipal aprovar a transmissão em direto das sessões, devemos fazer essa evolução. Salientou que terá de se investir em gente especializada para este procedimento. No referente ao contrato de comodato das Caldas do Moledo tem a Câmara Municipal e a Turismo Porto e Norte de Portugal, como as entidades responsáveis pelo processo. O contrato é de cinco anos para os balneários e acha que fez sentido ser gerido em conjunto. Ainda a responder à Deputada Carla Borges, sobre o parque de Vilarinho dos Freires esclareceu que foi o centro de dia que fez uma candidatura e solicitou parceria à Câmara Municipal para criar um espaço, de âmbito multigeracional e de usufruto público. Destacou ainda o trabalho do centro de dia em prol da comunidade. Quanto às obras da casa Mortuária, referiu não haver projeto dessa obra em Covelinhas, é um processo que ainda não se proporcionou avançar.

Em resposta ao deputado Eduardo Miranda, relativamente à Federação do Douro o que entende é que devem ser responsáveis por obras necessárias na casa do Douro, antes que o edifício tenha mesmo problemas.

Já no referente à posição face à descentralização, na educação, por exemplo destacou a Ministra Maria de Lurdes pelo excelente trabalho e fez uma retrospectiva do processo de reabilitação das escolas.

Acerca da Douro Alliance fez uma resenha sobre a forma como a Associação foi criada, destacando o auditório como sendo uma das obras financiadas pela Douro Alliance e que a mesma ainda existe, mesmo que quase como “moribunda”, pois no quadro comunitário não houve espaço para financiar esta Associação, tendo ainda a esperança que possa ser uma realidade no âmbito do novo quadro comunitário.

Dirigiu-se ao Presidente da União de freguesias de Poiares e Canelas, Paulo Primo, salientando que tudo se fez para que a fusão das freguesias não existisse, demonstrando apoio total no processo de desagregação.

De seguida, usou da palavra o Deputado Eduardo Miranda, que manifestou estar solidário e de acordo em haver mais formas de divulgação das Assembleias.

Intervém o deputado Raúl Gonçalves, demonstrando apoio á proposta do PS no tocante à divulgação das Assembleias e sua transmissão e enalteceu o trabalho do executivo, parabenizando o mesmo.

De seguida tomou a palavra a deputada Carla Borges, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do contrato de empreitada do Hospital ter alguma cláusula relativa ao método técnico de reequilíbrio financeiro.

Questão à qual o Sr. Presidente interpelou respondendo que decorre da lei que não tem que haver tal clausula nem nunca esta questão se colocou no passado. No seguimento, a deputada Carla Borges responde de forma negativa afirmando que o que o Sr. Presidente afirmou não decorre da lei, é normal em contrato essa clausula existir, afirmando que estudou bastante anos direito e sabe que existem essas particularidades expressas em contrato e que essas clausulas existem na lei precisamente para, verificada essa necessidade, estar contemplado em contrato. Prosseguiu a sua intervenção referindo-se à assessoria jurídica, questionando a necessidade de recorrer a empresas externas quando existem juristas na Câmara Municipal. No atinente ao contrato de comodato solicitou acesso ao mesmo. Por fim, refere que quanto à Casa Mortuária de Covelinhas os fregueses

a questionam sobre o tema. Conclui com a demonstração de satisfação com os projetos e a dinâmica e demonstrou disponibilidade para ajudar.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclareceu a deputada Carla Borges, dizendo que é uma forma de gestão e continuará a recorrer a juristas externos sempre que necessário, sempre que haja problemas fora da atividade normal da Câmara Municipal e essa é garantida pelos juristas internos.

Usa a palavra o deputado Eduardo Miranda, que afirmou ansiar a reconstrução do Hospital e que se estivesse no lugar do Sr. Presidente do Município, faria exatamente o mesmo que ele.

Por último, usa a palavra a deputada Carla Borges, questionando o Sr. Presidente, acerca do estado da auditoria à Câmara Municipal por parte das finanças.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, os três grupos municipais por entendimento decidiram apresentar uma lista conjunta, com a indicação de três cidadãos a integrar a comissão alargada da CPCJ de Peso da Régua, tendo esta indicação sido aprovada por unanimidade, sendo eleitos os seguintes cidadãos:

- Isabel Santos;
- Nuno Fernandes;
- Manuel José Almeida Barros

Entrando no 3º ponto da ordem do dia tomou a palavra o Sr. Presidente, destacando o apoio dado pela autarquia no âmbito do controlo e prevenção de efeitos negativos da pandemia da Covid-19 e ressaltou que no que toca ao lixo e saneamento (na fatura da água) a Câmara Municipal ainda assume 55% dos custos reais. Por último, enfatizou o apoio ao tecido associativo, tanto na comparticipação da água e saneamento, como em termos de subsídios.

Usou da palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, que elogiou a presença de tantos munícipes, no respeitante à execução e carga fiscal destacou alguns valores em investimentos prometidos e que pouca percentagem foi executada.

Salientou que a dívida continua a ser uma preocupação para o PS e o aumento da carga fiscal é também uma preocupação. Referiu ainda estar preocupado, no que se refere à perda de população. Termina a questionar o Sr. Presidente, acerca de alguns valores do mapa de despesa e qual o destino, origem e o prazo da operação fatoriais e acerca dos valores contemplados em algumas rubricas, nomeadamente a rubrica “outros” – despesas.

Interveio o deputado Raúl Gonçalves, que evidenciou que a preocupação do grupo municipal do PSD é o bem-estar dos reguenses e não aulas de finanças ou direito, destacou a retração da economia mundial e os seus efeitos colaterais. Por fim, parabenizou o executivo pela execução financeira conseguida, enumerando diversos investimentos refletidos no relatório de gestão o que contribui para o bem-estar dos munícipes, informando assim que o PSD vota favoravelmente.

Usa a palavra o deputado Luís Monteiro, afirmando que todos os deputados foram eleitos e pode haver divergências e entende que a perda de população deve ser uma preocupação.

Intervém o deputado Raúl Gonçalves, enunciando os investimentos dos últimos 17 anos estão à vista de todos, salienta alguns, piscinas, alameda dos capitães, auditório. Responde assim, ao Deputado Luís Monteiro, que a perda populacional é devida a políticas nacionais.

Usa a palavra o deputado Luís Monteiro, que se dirige ao deputado Raúl Gonçalves, afirmando que se o governo socialista é o responsável pelo afirmado, saliente-se que ganhou recentemente com maioria absoluta. Insiste que Peso da Régua é um dos concelhos com mais perda de população.

Por fim, toma a palavra o deputado Eduardo Miranda, evidenciando que desde 1975 o PS e PSD são responsáveis pela governação do país.

Por imposição legal, foi votado o prolongamento por um período máximo de mais duas horas, o qual foi aprovado, por unanimidade, com 28 votos a favor.

O Sr. Presidente, toma a palavra e responde aos(às) deputados(as):

Luís Monteiro, destacando as obras que passados 17 anos, e ainda estão a ser pagas e foram realizadas pelo executivo PS. No âmbito da intervenção do deputado Raúl Gonçalves, esclarece que a Biblioteca já estava em obra quando o PSD ganhou as eleições em 2005. Discorda do deputado Luís Monteiro, quando diz que o concelho está igual, com todos os investimentos que foram sendo realizados, destacando as ações governativas que mais prejudicaram e fizeram perder população nomeadamente o fecho do colégio de Poiares, do Hospital, da Casa do Douro.

É preocupação geral a fixação de população, nomeadamente a camada mais jovem, mas as dinâmicas do território mudaram e as atividades onde estamos a crescer têm dificuldade em arranjar mão-de-obra, nomeadamente a agricultura, o turismo.

Esclarece, por fim, que o valor da rubrica fatorias que é das águas do Norte.

Usa a palavra a deputada Carla Borges, que solicita esclarecimentos sobre a auditoria.

Retomou a palavra o Sr. Presidente, informando que a auditoria está finalizada e a seguir os seus trâmites. Há duas situações que houve necessidade de adaptar e já se encontram em vias de serem ultrapassadas e refere que lei do PAEL mudou e bem pelas mãos do PS.

Posta à votação, foi a proposta do relatório de gestão – exercício 2021, aprovada, por maioria simples, com 16 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

O PS e PSD apresentam declaração de voto.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e oito dos Senhores e Senhoras Deputados(as), aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Mesa

1º Secretário

2º Secretário
